

De: Cassio Murilo <licitacoes@liugongla.com>
Enviado em: quarta-feira, 24 de agosto de 2022 11:13
Para: licita
Assunto: Re: MEGA_Protocolo_Recurso Administrativo_Licitacao_CIVAP_Pregão Eletrônico nº 21/2022 Processo Nº 29/2022
Anexos: image001.jpg; image002.jpg; image005.png; 3. Declaração XCMG - Fibra.pdf; Contrarrazoes - CIVAP-Manifesto.pdf

Bom dia!

Segue anexo as contrarrazões referente ao certame supracitado.

Dúvidas e solicitações, estamos a disposição.

Att,

Cassio Murilo
Departamento de Licitações
Liugong Latin America Maquinas para Construção Pesada Ltda
Rua Marcio Carlim 270 – Mogi Guaçu – SP
Parque Industrial
CEP 13849-226
www.liugongla.com



De: "licita" <licita@civap.com.br>

Para: licitacoes@liugongla.com

Enviadas: Sexta-feira, 19 de agosto de 2022 16:34:03

Assunto: ENC: MEGA_Protocolo_Recurso Administrativo_Licitacao_CIVAP_Pregão Eletrônico nº 21/2022 Processo Nº 29/2022

Para: LIUGONG

Boa tarde!

A empresa MEGA PESADOS ingressou com recurso, referente ao Pregão eletrônico 21/2022, do qual a empresa LIUGONG sagra-se como vencedora.

Segue Recurso/Razão da empresa MEGA PESADOS para conhecimento e formalização de contrarrazão.

At.te,
Silvia M. Gomes
Coord. do Departamento de Compras
CIVAP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAPANEMA
CNPJ nº 51.501.484/0001-93
Via Chico Mendes, 65 – Quinta dos Flamboyants
19.810-005 – Assis - SP Fone/Fax: (18) 3323-2368
e-mail: licita@civap.com.br site: www.civap.com.br



Pense antes de imprimir!

173

De: Marcos Santos [mailto:marcos.santos@AIZ.ADV.BR]

Enviada em: sexta-feira, 19 de agosto de 2022 15:53

Para: licita@civap.com.br

Cc: Valdenice Maciel

Assunto: MEGA_Protocolo_Recurso Administrativo_Licitacao_CIVAP_Pregão Eletrônico nº 21/2022 Processo Nº 29/2022

Prioridade: Alta

Ao CIVAP, boa tarde.

Conforme alinhado há pouco, via telefone, com a Sra. Silvia Miranda Gomes, e devido à instabilidade do sistema eletrônico FIORILLI, segue anexa, para protocolo, o Recurso Administrativo da MEGA PESADOS COMERCIO DE AUTOMOVEIS E MAQUINAS LTDA em face da decisão da Comissão de Licitação que a desclassificou do Pregão Eletrônico 21/2022, Processo 29/2022.

Assim que oportuno, gentileza sinalizar o recebimento e realização do protocolo.

At.te,

Marcos Eduardo Campolina dos Santos

O.A.B./PR nº 105.428

<http://www.aiz.adv.br>

SÃO JOSE DOS PINHAIS/PR - Rua Joroslau Sochaki, nº 389 - Jardim Ipê - CEP: 83.055-400 - 41 3020-0900 - 0800 6079999

ILUSTRÍSSIMO SENHORA PREGOEIRA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO
VALE DO PARANAPANEMA

Pregão Eletrônico nº. 21/2022

LIUGONG LATIN AMERICA MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO

PESADA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com número de inscrição no CNPJ sob o nº 11.260.925/0002-79, com sede empresarial estabelecida na Rua Marcio Carlim nº 270, Parque Industrial, CEP 13.849-226, na Cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, o Sr. LINJUN WANG, vem respeitosamente, apresentar

CONTRARRAZÕES

Em face do recurso administrativo protocolado pela empresa **MEGA PESADOS COMERCIO DE AUTOMOVEIS E MAQUINAS LTDA, CNPJ: 29.792.977/0001-70**, perante esse consórcio, que faz parte da administração indireta, e de forma absolutamente coerente desclassificou a Recorrente do certame, por descumprimento ao instrumento convocatório.

1. DA SÍNTESE FÁTICA

A empresa Recorrente foi desclassificada do presente certame, que visa a aquisição de 16 (dezesseis) pás carregadeiras de rodas articuladas, por descumprimento ao instrumento convocatório.

Em razão da desclassificação da Recorrente, a Recorrida, que era segunda colocada, foi declarada vencedora, considerando que o seu equipamento apresentava todas as exigências que o certame solicitava.

Ocorre que, a recorrente apresentou recurso contra a decisão que declarou a recorrida vencedora do certame, alegando que o seu equipamento é superior ao solicitado, e que a decisão que declarou sua desclassificação deve ser reconsiderada por excesso de formalismo.

Ora, o edital exigia do equipamento **transmissão automática**, contudo, a Recorrente ofertou um equipamento com transmissão semi-automática.

Observa a exigência do edital:

Item	Quant	Unid	Descrição
1	16	UNID	Pá carregadeira de rodas articuladas, nova, zero hora, ano 2022 no mínimo, motor diesel de 6 cilindros, turbo, potência mínima de 125HP, ventilador hidráulico reversível, cabine fechada com ar condicionado, tipo Rops/Fops, transmissão automática com no mínimo 4 marchas à frente e 3 a ré, equipada com câmara de ré, velocidade de deslocamento de no mínimo 32km/h, direção hidráulica, Sistema hidráulico de operação acionados por varão ou Joystick, freios hidráulicos, discos múltiplos banhados a óleo nas quatro rodas, eixos equipados com controle de patinagem, tração 4x4, caçamba mínima de 1,9m³ de capacidade, com dentes, carga operacional de no mínimo 3.000Kg, força de escavação de no mínimo 8.000kg, pneus novos dianteiros e traseiros, reservatório de combustível de no mínimo 140 litros, peso operacional entre 10.000 a 12.000Kg, equipamento deverá atender norma de emissão Tier 3. Equipamento também deverá vir acompanhado de kit de filtros para 3000 horas de uso. Garantia do fabricante de no mínimo 24 meses, contra defeitos de fabricação no motor e sem limites de horas trabalhadas. Todos os demais itens de fabrica relacionados no prospecto técnico do equipamento ofertado; Itens obrigatórios e exigidos por lei, fixados na legislação Brasileira. O atendimento pela assistência técnica deverá ser em até 48 horas da solicitação.

Porém, note que o catálogo do equipamento apresentado pela empresa Recorrente deixa claro que o equipamento é semi-automático.

TRANSMISSÃO	Unidade	Parâmetro
Fabricante/Modelo: Hangzhou Advance / YD130		
Tipo: Semi-automática, Powershift		
Tração nas 4 rodas - 4x4		
Conversor de Torque - 3 elementos, estágio simples, fase simples		
Sensor de neutro para controle de partida e função Kick-down (STD)		
Velocidade de avanço/ré em 1ª, 2ª e 3ª marchas	km/h	7, 12, 28
Velocidade de avanço em 4ª marcha	km/h	38

A Recorrente não apresenta nenhum argumento técnico que dê embasamento as suas alegações recursais, apenas apresenta uma explicação rasa e que evidencia o inconformismo com o resultado.

Não se pode olvidar do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, pelo qual tanto a Administração como licitantes devem respeitar as disposições do Edital, que se torna a "lei" da licitação.

Logo, acertada a decisão do pregoeiro em desclassificar a recorrente, considerando que não houve cumprimento do edital, já que não se trata de excesso de formalismo, pois tal função "transmissão automática" gera eficiência, economia e durabilidade do equipamento.

VALE SALIENTAR, QUE ALÉM DESSE ITEM SUPRA DESTACADO, A RECORRENTE TAMBÉM NÃO CUMPRIU COM MAIS UMA SÉRIE DE REQUISITOS DO EDITAL, VEJA:

O edital exigia que o equipamento contesse ventilador hidráulico reversível:

Item	Quant	Unid	Descrição
1	16	UNID	Pá carregadeira de rodas articuladas, nova, zero hora, ano 2022 no mínimo, motor diesel de 6 cilindros, turbo, potência mínima de 125HP, ventilador hidráulico reversível, cabine fechada com ar condicionado, tipo Rops/Fops, transmissão automática com no mínimo 4 marchas à frente e 3 a ré, equipada com câmera de ré, velocidade de deslocamento de no mínimo 32km/h, direção hidráulica, Sistema hidráulico de operação acionados por varão ou Joystick, freios hidráulicos, discos múltiplos banhados a óleo nas quatro rodas, eixos equipados com controle de patinagem, tração 4x4, caçamba mínima de 1,9m³ de capacidade, com dentes, carga operacional de no mínimo 3.000Kg, força de escavação de no mínimo 8.000kg, pneus novos dianteiros e traseiros, reservatório de combustível de no mínimo 140 litros, peso operacional entre 10.000 a 12.000Kg, equipamento deverá atender norma de emissão Tier 3. Equipamento também deverá vir acompanhado de kit de filtros para 3000 horas de uso. Garantia do fabricante de no mínimo 24 meses, contra defeitos de fabricação no motor e sem limites de horas trabalhadas. Todos os demais itens de fabrica relacionados no prospecto técnico do equipamento ofertado; Itens obrigatórios e exigidos por lei, fixados na legislação Brasileira. O atendimento pela assistência técnica deverá ser em até 48 horas da solicitação.

Não obstante, em análise ao catálogo apresentado pela recorrente, foi verificado que o equipamento dela não possui o ventilador hidráulico reversível, veja:

SISTEMA HIDRÁULICO	Unidade	Parâmetro
Pressão da válvula de segurança principal	MPa	17,6
Pressão do sistema de direção	MPa	14
Vazão da bomba do sistema hidráulico	L/min	140 L/min
Vazão da bomba do sistema de direção	L/min	110 L/min

Outrossim, existe mais uma característica técnica na qual o equipamento ofertado não se enquadra. O edital exige que o equipamento possua eixos equipados com controle de patinagem:

Item	Quant	Unid	Descrição
1	16	UNID	Pá carregadeira de rodas articuladas, nova, zero hora, ano 2022 no mínimo, motor diesel de 6 cilindros, turbo, potência mínima de 125HP, ventilador hidráulico reversível, cabine fechada com ar condicionado, tipo Rops/Fops, transmissão automática com no mínimo 4 marchas à frente e 3 a ré, equipada com câmara de ré, velocidade de deslocamento de no mínimo 32km/h, direção hidráulica, Sistema hidráulico de operação acionados por varão ou Joystick, freios hidráulicos, discos múltiplos banhados a óleo nas quatro rodas, eixos equipados com controle de patinagem, tração 4x4, caçamba mínima de 1,9m³ de capacidade, com dentes, carga operacional de no mínimo 3.000Kg, força de escavação de no mínimo 8.000kg, pneus novos dianteiros e traseiros, reservatório de combustível de no mínimo 140 litros, peso operacional entre 10.000 a 12.000Kg, equipamento deverá atender norma de emissão Tier 3. Equipamento também deverá vir acompanhado de kit de filtros para 3000 horas de uso. Garantia do fabricante de no mínimo 24 meses, contra defeitos de fabricação no motor e sem limites de horas trabalhadas. Todos os demais itens de fábrica relacionados no prospecto técnico do equipamento ofertado; Itens obrigatórios e exigidos por lei, fixados na legislação Brasileira. O atendimento pela assistência técnica deverá ser em até 48 horas da solicitação.

No entanto, em nova diligência ao catálogo apresentado pela recorrente, também foi verificado que o equipamento dela não possui o controle de patinagem, veja

EIXOS/FREIOS
Redução final planetária
Eixo dianteiro fixo e traseiro oscilante
Freio a disco seco nas 4 rodas; Opt. Freios hidráulicos nas 4 rodas, multi-disco, banhado a óleo
Freio de estacionamento: Independente do disco mecânico, operando sobre eixo de saída da transmissão; Tração nas 4 rodas.
Bloqueio do diferencial: acionado por botão na cabine

Além de não cumprir tais itens, a empresa Recorrente ofertou equipamento da marca "XCMG", entretanto, não possui autorização para comercializar esta marca.

Ora, o instrumento convocatório exige garantia de 24 (vinte e quatro) meses e revenda autorizada:

Item	Quant	Unid	Descrição
1	16	UNID	Pá carregadeira de rodas articuladas, nova, zero hora, ano 2022 no mínimo, motor diesel de 6 cilindros, turbo, potência mínima de 125HP, ventilador hidráulico reversível, cabine fechada com ar condicionado, tipo Rops/Fops, transmissão automática com no mínimo 4 marchas à frente e 3 a ré, equipada com câmara de ré, velocidade de deslocamento de no mínimo 32km/h, direção hidráulica, Sistema hidráulico de operação acionados por varão ou Joystick, freios hidráulicos, discos múltiplos banhados a óleo nas quatro rodas, eixos equipados com controle de patinagem, tração 4x4, caçamba mínima de 1,9m³ de capacidade, com dentes, carga operacional de no mínimo 3.000Kg, força de escavação de no mínimo 8.000kg, pneus novos dianteiros e traseiros, reservatório de combustível de no mínimo 140 litros, peso operacional entre 10.000 a 12.000Kg, equipamento deverá atender norma de emissão Tier 3. Equipamento também deverá vir acompanhado de kit de filtros para 3000 horas de uso. Garantia do fabricante de no mínimo 24 meses, contra defeitos de fabricação no motor e sem limites de horas trabalhadas. Todos os demais itens de fabrica relacionados no prospecto técnico do equipamento ofertado; Itens obrigatórios e exigidos por lei, fixados na legislação Brasileira. O atendimento pela assistência técnica deverá ser em até 48 horas da solicitação.

Todavia, a Recorrente não se trata de revendedora autorizada pela marca, dado que a "XCMG" já se manifestou em outro caso naquela situação outra empresa participava do certame porém a declaração se abrange a todas as empresas que estão nesta siutação, que não se compromete a oferecer garantia nesses casos.

705, não é representante comercial e não possui autorização para comercializar todo e qualquer produto da marca XCMG, seja a qual título for. **DECLARA, ainda, que a revenda de produto da marca XCMG por empresa que não seja autorizada por este declarante, tal qual a FIBRA DISTRIBUIÇÃO, não serão contemplados pela garantia contratual, razão pela qual este declarante se reserva no direito de prestar apenas a garantia legal previsto no Código Civil e/ou no Código de Defesa do Consumidor, quando aplicável.**

Ora, a recorrente não é revendedora autorizada da marca e não possui autorização para comercializar o equipamento, sendo assim descumpre o edital nos itens destacados, trecho acima destacado, integra está em anexo.

a) A Detentora (contratada) deverá prestar serviços de socorro e assistência técnica durante o período de garantia, em todo o Estado de São Paulo, através de rede de concessionárias, oficinas técnicas autorizadas ou, ainda, unidades móveis, sendo que, nesta última hipótese, o atendimento deverá ser prestado no prazo máximo de dois dias úteis onde se encontrar o equipamento ou local determinado pelo Município.

Desta forma, por não possuir autorização para comercializar o item, não consegue dar garantia pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme termo de referência.

Desta maneira, resta evidente que a empresa recorrente neste certame não possui autorização para comercializar a máquina da marca, fato que pode trazer prejuízo à administração pública, haja vista que a empresa não pode dar garantia, tampouco assistência das máquinas que ofecere neste certame.

O Edital é claro e vincula todos os licitantes. É a lei da licitação no caso concreto, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório.

Assim, o respeitável julgamento das contrarrazões interposto, recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa CONTRARRAZOANTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão.

Como adiante se observará, a administração pública, no presente procedimento, agiu com razoabilidade e proporcionalidade, ademais, também agiu de acordo com os princípios norteadores que regem a administração pública, ainda mais no que atine o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

3. DO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL

Com o devido acato ao processo administrativo/pregão eletrônico em epígrafe, verifica-se que o pregoeiro que exarou o parecer de desclassificação da empresa Recorrente, acertou em seu julgamento, comprometendo-se com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, sabendo que a empresa **MEGA PESADOS**

COMERCIO DE AUTOMOVEIS E MAQUINAS LTDA não apresentou um equipamento conforme as exigências do Edital, não cumprindo com as condições de habilitação.

Pertinente destacar que é de amplo conhecimento que o Edital é a lei interna do certame e vincula as partes. Como ensina DIOGENES GASPARINI: "(...) estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis a partir da publicação do instrumento convocatório e durante todo o procedimento" (GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 13ª edição. Editora Saraiva. 2008, p. 487).

Nesse toar é a lição de CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO:

O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observação feliz, que é a sua lei interna". Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. A Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar (art. 41). Embora não seja exaustivo, pois normas anteriores e superiores o complementam, ainda, que não reproduzidas em seu texto, como bem diz Hely Lopes Meirelles, o edital é "a matriz da licitação e do contrato"; daí não se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital". Curso de Direito Administrativo. 29ª edição. Malheiros. 2012, p. 594-5.

Assim, a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os

licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

A doutrina não deixa dúvidas acerca da estrita vinculação do ato convocatório. Marçal Justen Filho (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª ed., 2009, p. 586) assim assevera:

“A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos a serem praticados e as regras que os regerão.”

Hely Lopes Meirelles posiciona-se veementemente no sentido de que a proposta do licitante deve estar de acordo com o fixado no edital, que é o caso, conforme se vê:

“A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse a documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.” (Hely Lopes Meirelles, in “Direito Administrativo Brasileiro”, 26ª edição atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, Malheiros Editores, São Paulo, 2001, p. 259).

Certo é, que aberta a licitação, perseguirá o órgão ou entidade licitante o objetivo de respeitar os direitos de todos os licitantes, alcançando a proposta que, dentre as apresentadas, melhor atenda aos seus interesses, oportunizando, assim, a celebração de um contrato baseado nas melhores condições ofertadas ao órgão administrativo.

A necessidade é reforçada por meio do art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93, que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. Isto em razão do fato de que o órgão precisa garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame bem como assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes.

Pois nota-se que no caso em comento, a empresa Recorrente em sua oferta apresentou proposta sem o devido preenchimento dos itens expressos no edital, não respeitando o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

A postura do pregoeiro neste certame, condiz com o que disciplina a legislação administrativa e a doutrina e jurisprudência que tratam do tema.

Nesta senda, é o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná;

EMENTA1) DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO NÃO RESPEITADO. ALTERAÇÃO DE PROPOSTAS. EXTEMPORÂNEO. **a) O descumprimento de estipulação expressa do Edital viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e, consequentemente, fere o princípio da isonomia entre os**

licitantes. b) A modalidade de licitação Pregão Presencial permite a alteração de propostas na sessão do Pregão, que não ocorrendo não podem ser alteradas de maneira extemporânea.2) AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (TJPR - 5ª C. Cível - A - 1375308-9/01 - Curitiba - Rel.: Leonel Cunha - Unânime - J. 16.06.2015)

Não se pode olvidar do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, pelo qual tanto a Administração como licitantes devem respeitar as disposições do Edital, que se torna a "lei" da licitação.

Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, o qual visa, em última análise, homenagear a Isonomia e igualdade de condições entre todas as proponentes.

O descumprimento das cláusulas constantes no mesmo implica a desclassificação da proposta ou inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei nº 8.666/93:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos. (destacamos)

Em tal prol, ressalte-se lição do administrativista MARÇAL JUSTEN FILHO.

“Depois de editado o ato convocatório, inicia-se a chamada fase externa da licitação. Os particulares apresentam as suas propostas e documentos, que serão avaliados de acordo com os critérios previstos na Lei e no ato convocatório. Nessa segunda fase, a Administração verificará quem, concretamente, preenche mais satisfatoriamente as condições para ser contratado. Também nessa etapa se exige o tratamento isonômico. Trata-se, então, da isonomia na execução da licitação. Todos os interessados e participantes merecem tratamento equivalente.”

Como é consabido, aquele que participa da licitação tem o dever jurídico de atentar para todas as suas exigências. Com efeito, aquele que não apresenta os documentos exigidos ou apresenta-os incompletos ou defeituosos descumpra seus deveres e deverá ser inabilitado.

Sobre o tema, assevera JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO.

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

(...) Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto”.

Ex positis, nota-se que a postura adotada pela administração pública no processo licitatório em comento, condiz com o entendimento consolidado das mais altas cortes pátrias, devendo a decisão do Pregoeiro ser mantida, no sentido da desclassificação da empresa MEGA PESADOS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E MAQUINAS LTDA, por descumprimento do edital, conforme fundamentação jurídica acima destacada.

4. DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer-se pelo não provimento do recurso, apresentado pela recorrente com efeito para:

a) Dado o julgamento exato que foi deferido por este nobre Pregoeiro, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que

essa Administração INDEFIRA o recurso da empresa MEGA PESADOS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E MAQUINAS LTDA;

b)E é na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo estas contrarrazões, as quais certamente serão deferidas, evitando assim, maiores transtornos.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Mogi Guaçu - SP, 23 de agosto de 2022.

LIUGONG LATIN AMERICA MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA

Linjun Wang

Diretor-Presidente

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

188

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CFCF-9284-6099-4AB7> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CFCF-9284-6099-4AB7



Hash do Documento

947B72DD2E9032F9046169DC9F2F374990340DBF69C041BBF5CB728F9A9BA2DA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/08/2022 é(são) :

☒ Linjun Wang (Signatário) - 111.487.761-17 em 24/08/2022 10:40
UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital





189

DECLARAÇÃO


XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 14.707.364/0001-10, com sede na Rodovia Federal BR 381, sem número, km 854/855, Distrito Industrial, no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP 37.556-830, presente neste ato na forma de seu contrato social, por seu representante legal Sr. **Shuxin Wu**, chinês, gerente de vendas, casado, filho de Qingbiao Wu e Chunrong Ma, endereço eletrônico: wushuxin@xcmg.com, portador do RNM: F2371151, expedido por DIREX-Coordenação-Geral de Polícia de Imigração e CPF nº 706.632.276-23, residente e domiciliado na Rodovia Fernão Dias BR 381- KM 854, s/n, Distrito industrial, Pouso Alegre, Minas Gerais., **DECLARA**, para os devidos fins, que **FIBRA DISTRIBUICAO & LOGISTICA EIRELI**, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o número 29.887.078/0001-51, com sede na Avenida Ville, nº 180, Quadra 43 Lote 12, Bairro Setor Três Marias I, no município de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74.369-705, não é representante comercial e não possui autorização para comercializar todo e qualquer produto da marca XCMG, seja a qual título for. **DECLARA**, ainda, que a revenda de produto da marca XCMG por empresa que não seja autorizada por este declarante, tal qual a **FIBRA DISTRIBUIÇÃO**, não serão contemplados pela garantia contratual, razão pela qual este declarante se reserva no direito de prestar apenas a garantia legal previsto no Código Civil e/ou no Código de Defesa do Consumidor, quando aplicável.

A presente declaração tem validade de 12(doze) meses, salvo ato superveniente que a revogue.

Por ser verdade,
Firmamos o presente.

Pouso Alegre/MG, 21 de outubro de 2021.

2º OFÍCIO



XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA
CNPJ nº. 14.707.364/0001-10
p.p. **Shuxin Wu**

XCMG BRASIL
Rodovia Federal BR381, sem número, km 854/855, Distrito Industrial
Pouso Alegre - Minas Gerais | CEP 37.556-830 | Fone +55 (11) 2102-0500

190



2º Tabelionato de Notas de Pouso Alegre - MG
Reconheço, por autenticidade, a(s) assinatura(s) de
[FDA98133] SHUXIN WU
em testemunho da verdade.
Pouso Alegre, 26/10/2021 08:48:07 17991

SELO DE CONSULTA: FDA98133
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8535.4548.1503.1485
Quantidade de atos praticados: 01

Atos praticados por
KARINA FELSCH KERSUL - ESCRIVENTE
Emol: R\$5,82 TFR: R\$1,81 Total: R\$7,63 ISS: R\$0,27
Consulte e valide este selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Nº DA
ETIQUETA
ARB258177